newsletter edição nº 8.0

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE GAIA

RENDIMENTO E DESIGUALDADES

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE GAIA

VILA NOVA DE GAIA
CÂMARA MUNICIPAL

INDÍCE

01. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AGREGADOS FISCAIS 07

02. EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO 09

03. EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO 11

04. FAMÍLIAS E ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO DECLARADO 14

05. TAXA DE RISCO DE POBREZA 14

NOTA METODOLÓGICA 20

LINKS ÚTEIS 21

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 21

Editorial

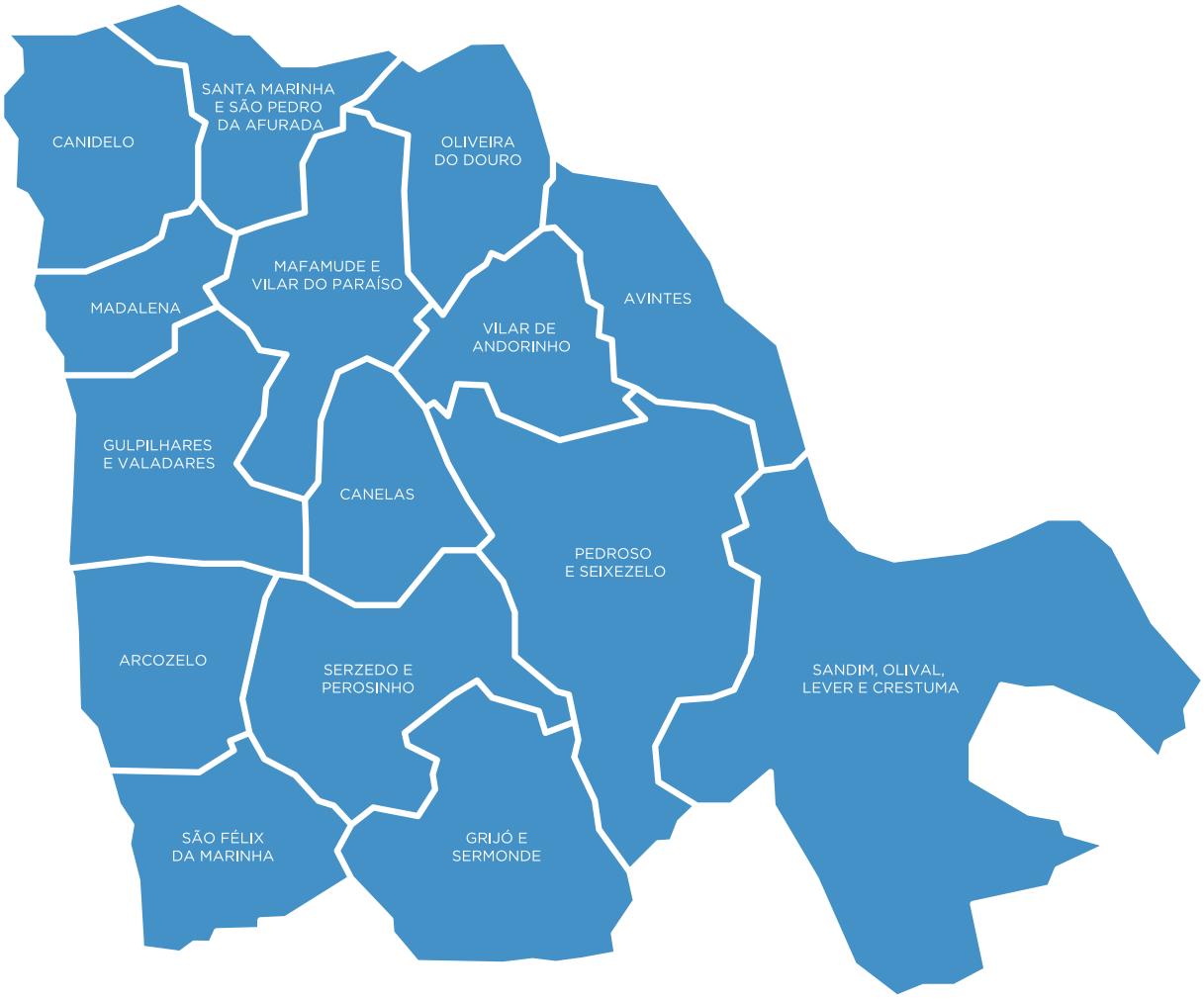
O Observatório Social de Vila Nova de Gaia entrou em funcionamento em 2019 e pretende ser um instrumento de diagnóstico e avaliação das políticas públicas autárquicas. Deste modo, funciona de forma independente, a partir de um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Gaia e a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mobilizando equipas do Departamento e do Instituto de Sociologia. O nosso propósito é simples: se contribuirmos com dados fiáveis sobre o tecido social do concelho; se formos capazes de avaliar os impactos das decisões e das medidas; se conseguirmos, ainda, transmitir aos responsáveis políticos e às populações indicadores seguros sobre as dinâmicas sociais, então Vila Nova de Gaia estará em melhores condições de decidir sobre o seu destino, envolvendo as pessoas em projetos sólidos e fundamentados. Num tempo obscuro em que grassa o desprezo pelas políticas baseadas em evidências e em que as *fake news* fomentam a dúvida, criam falsidades e instauram a descrença na objetividade e no rigor dos factos, este Observatório constituirá, assim o esperamos, para construir bases seguras para um planeamento e debate alargados.

Esta newsletter será o nosso dispositivo principal de comunicação. Com ela, forneceremos retratos do concelho, para que possamos construir, aos poucos, uma imagem de como vivemos, de quem somos e, porque não, para onde vamos. Todas as sugestões serão bem-vindas!

João Teixeira Lopes
Professor Catedrático da FLUP

De volta ao trabalho!

O concelho de Vila Nova de Gaia tem atravessado um período de mudanças notórias e profundas, e, como já vem sendo hábito, a informação analisada nesta 8.ª newsletter pretende contribuir para contextualizar algumas dessas tendências evolutivas. A mudança social sente-se quotidianamente; contudo, para que se torne inteligível, convém ser situada, bem como os eixos e fenómenos que a compõem. Na presente newsletter, o Observatório Social propõe-se analisar um conjunto de indicadores em torno do *rendimento* e das *desigualdades*.



observatoriosocialgaia@gmail.com

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AGREGADOS FISCAIS

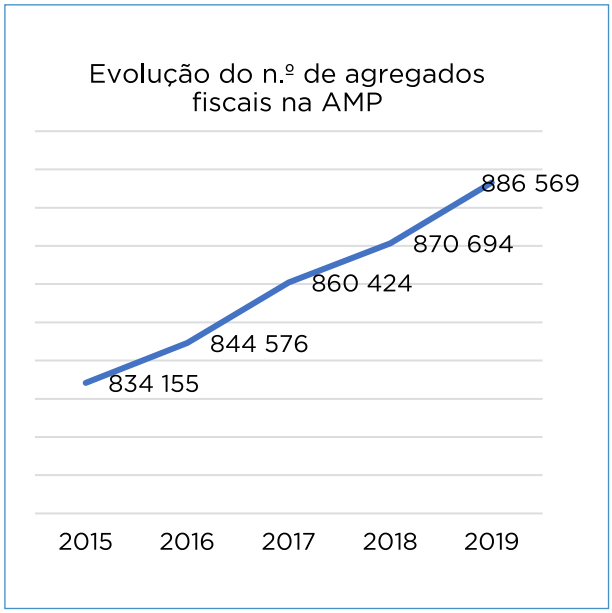
01.

Por agregado fiscal entende-se o agregado familiar constituído por cônjuges ou ex-cônjuges, unidos/as de facto, pais ou mães solteiros/as, ou adotantes solteiros/as — e respetivos dependentes.

A observação dos **gráficos 1** e **2** permite-nos concluir que, entre 2015 e 2019, **o número de agregados fiscais tem vindo a aumentar sucessivamente**, tanto em Vila Nova de Gaia (VNG), como no conjunto da Área metropolitana do Porto (AMP). No período de tempo considerado, contabilizaram-se mais 52.414 agregados fiscais na AMP e mais 10.582 em VNG.

Por comparação, constata-se que, ao longo desses cinco anos, o número de agregados fiscais cresceu de forma mais acentuada no concelho de VNG (7%) do que no conjunto da AMP (5,9%). Ou, por outras palavras, **VNG tem vindo a ganhar peso dentro do número total de agregados da AMP**: em 2015, 17% dos agregados fiscais da AMP correspondiam a agregados do concelho de VNG, valor que aumentou para os 17,2% em 2019.

Gráficos 1 e 2 - Evolução do número de agregados fiscais em Vila Nova de Gaia e na Área Metropolitana do Porto



Fonte: Instituto Nacional de Estatística — Estatísticas do rendimento ao nível local. Indicadores de rendimento declarado no IRS (2019, 2020 e 2021)

EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO

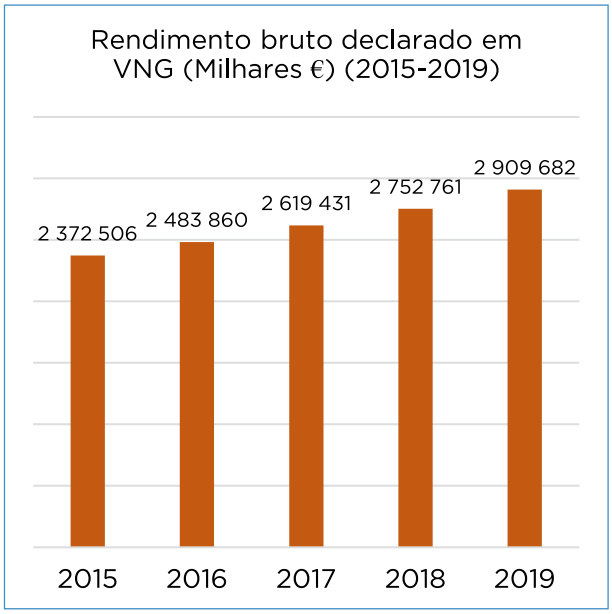
02.

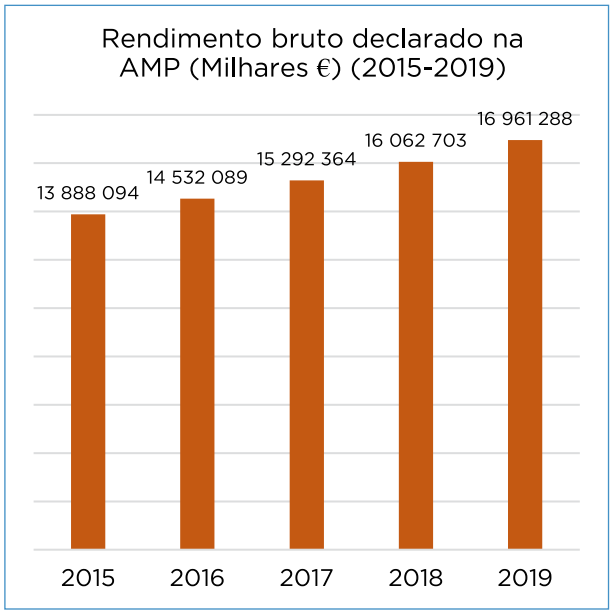
A análise do rendimento declarado em VNG e na AMP, e da respetiva evolução, baseou-se, na avaliação do 'Rendimento bruto declarado'[1].

Os **gráficos 3** e **4** revelam que a **evolução do Rendimento bruto declarado foi positiva entre 2015 e 2019, crescendo progressivamente em VNG e na AMP** — e assim acompanhando, como seria de esperar, o aumento no número de agregados fiscais. Entre 2015 e 2019, o Rendimento bruto declarado aumentou 537 176 Milhares de euros em VNG e 3 073 199 Milhares de euros na AMP.

De resto, a percentagem de aumento do Rendimento bruto declarado foi muito próxima no conjunto da AMP e em Vila Nova de Gaia: cresceu, no intervalo de cinco anos, 18,1% na AMP e 18,5% em VNG.

Gráficos 3 e 4 - Evolução do Rendimento bruto declarado (em Milhares de €) em Vila Nova de Gaia e na Área Metropolitana do Porto

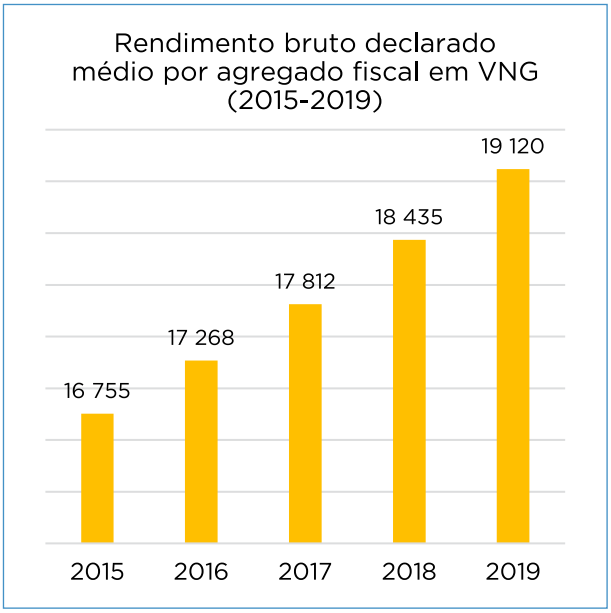


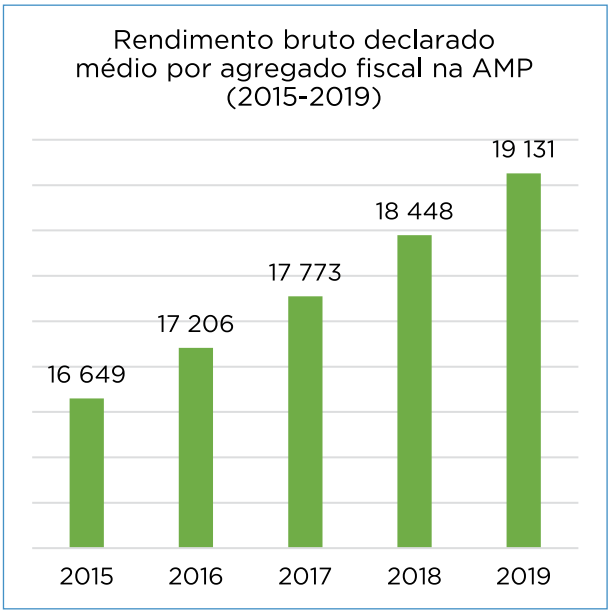


Já a análise do 'Rendimento bruto declarado médio por agregado' permite avançar novas conclusões. Entre 2015 e 2019, em média, cada agregado fiscal passou a declarar, em VNG, mais 2 365 €/ano, e, na AMP, mais 2 482 €/ ano (ver **gráficos 5** e **6**). Em 2019, o Rendimento bruto declarado, em média, por agregado fiscal, em VNG, era de 19 120 €/ ano — o que significa que, **em média, um agregado familiar no município gaiense declara cerca de 1 593 €/mês**.

Os dados possibilitam, ainda, uma outra constatação. O rendimento bruto médio declarado por agregado fiscal ou familiar era, em 2015, consideravelmente superior em VNG por comparação à AMP: no município declarava-se, em média, mais 106 € do que no conjunto da área metropolitana. Contudo, esta diferença foi-se esbatendo em 2016 e 2017, até que, **a partir de 2018, a média do rendimento bruto declarado passou a ser ligeiramente superior na AMP** (cerca de 10€/ano).

Gráficos 5 e 6 — Evolução do rendimento bruto declarado médio por agregado em Vila Nova de Gaia e na Área Metropolitana do Porto





Fonte: Instituto Nacional de Estatística — Estatísticas do rendimento ao nível local. Indicadores de rendimento declarado no IRS (2019, 2020 e 2021)

[1] Rendimento que corresponde: 1) ao valor do rendimento não isento antes de efetuada qualquer dedução específica para as categorias A (Trabalho dependente) e H (Pensões); 2) ao valor do rendimento líquido, ou seja, ao valor do rendimento depois de efetuadas as respetivas deduções específicas, para as restantes categorias (Fonte: INE).

EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO

03.

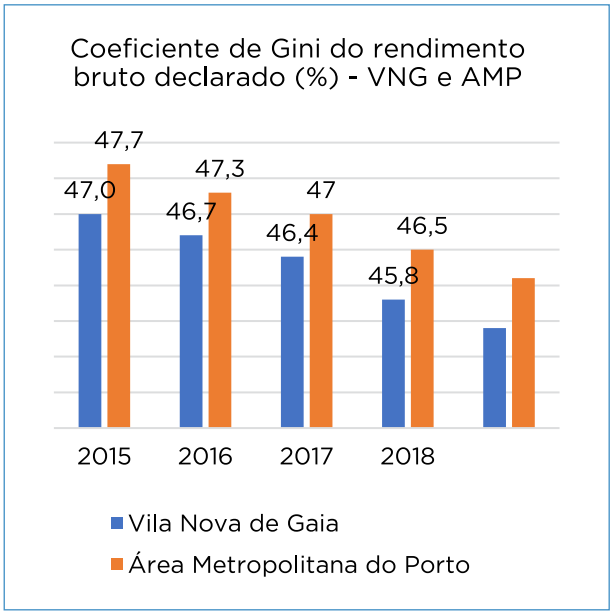
A forma como tem evoluído a desigualdade na distribuição de rendimentos é mais uma importante informação tornada disponível nas estatísticas do Rendimento ao nível local divulgadas pelo INE. Os indicadores que permitem determinar a proporção dessa desigualdade são, neste caso, o Coeficiente de Gini, e os Rácios P80/P20 e P90/P10.

Comecemos pelo Coeficiente de Gini do Rendimento bruto declarado. Este é um indicador de desigualdade que procura, a partir de um cálculo , chegar a um único valor, que permita ilustrar a assimetria na distribuição de rendimentos. Não mede a riqueza, mas sim a forma, mais ou menos desigual, como se distribui o Rendimento. Este valor pode expressar-se em pontos percentuais, situando-se entre o '0' (situação em que todos os indivíduos teriam igual rendimento) e o '100' (situação em que todo o rendimento se concentraria num único indivíduo). Assim, no '0' estaria a igualdade máxima e, no '100', a desigualdade máxima.

A partir de 2021, as 'Estatísticas do Rendimento ao nível local' passaram a adotar uma nova forma de cálculo para o Coeficiente de Gini, com vista a harmonizar os valores obtidos com os resultados do 'Inquérito às Condições de Vida e Rendimento'. Os valores apresentados no Gráfico 7 levam já em linha de conta a nova formulação. Como se pode verificar através da sua leitura, o Coeficiente de Gini é superior no conjunto da AMP, por comparação ao concelho de Vila Nova de Gaia: ou seja, se analisado de forma isolada, o município gaiense é ligeiramente menos desigual do que o conjunto formado pela Área Metropolitana em que se insere.

Por outro lado, **o Coeficiente de Gini tem vindo a diminuir, aos poucos, de ano para ano, tanto em VNG como na AMP**, o que denota que as desigualdades têm vindo a esbater-se, embora muito lentamente. Ainda assim, em 2019, o Coeficiente de Gini situava-se nos 45,4% em VNG e nos 46,1% na AMP (o que corresponde a, respetivamente, 4,5 e 4,6 numa escala de '0' a '10'), permanecendo bastante elevado.

Gráfico 7 - Evolução do Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado (%) em Vila Nova de Gaia e na Área Metropolitana do Porto



Fonte: Instituto Nacional de Estatística — Estatísticas do rendimento ao nível local. Indicadores de rendimento declarado no IRS (2019, 2020 e 2021)

[3] **Fonte**: https://data.oecd.org/inequality/income-inequality.htm

Por outro lado, importa ressaltar novamente que este indicador mede o fosso entre Rendimentos mas não a riqueza, pelo que o diminuir das desigualdades pode não significar maior poder de compra.

Em Portugal continental, no mesmo ano, o Coeficiente de Gini situava-se nos 45,9% — o que significa que (embora a diferença seja pouco expressiva) VNG é um pouco menos desigual e a AMP um pouco mais desigual que o total do país, excetuando as ilhas. Sublinhe-se que dados recentes da OCDE colocam **Portugal como o 8.º país mais desigual da União Europeia** (apenas ultrapassado pelo Luxemburgo, Itália, Espanha, Letónia, Roménia, Lituânia e Bulgária), confirmação de que a batalha contra a desigualdade tem ainda um longo caminho pela frente.

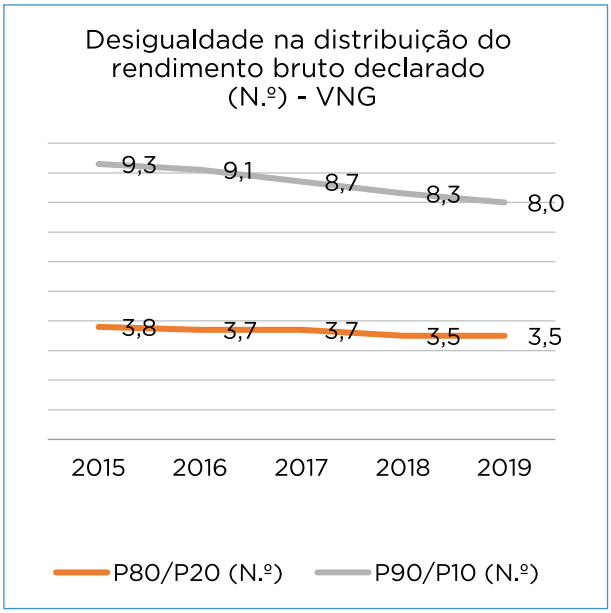
Existem alternativas ao Coeficiente de Gini para medir a desigualdade do Rendimento. É o caso do Rácio P80/P20 (ou rácio interquintis) e do Rácio P90/P10: o primeiro mede a desigualdade na distribuição do rendimento a partir do rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos *20% da população com maiores rendimentos e o rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos*; o segundo, mede a desigualdade a partir do rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos *10% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 10% de menores rendimentos*. Estes indicadores medem a desigualdade do rendimento ao avaliarem os extremos da sociedade, isto é, **os mais ricos e os mais pobres**.

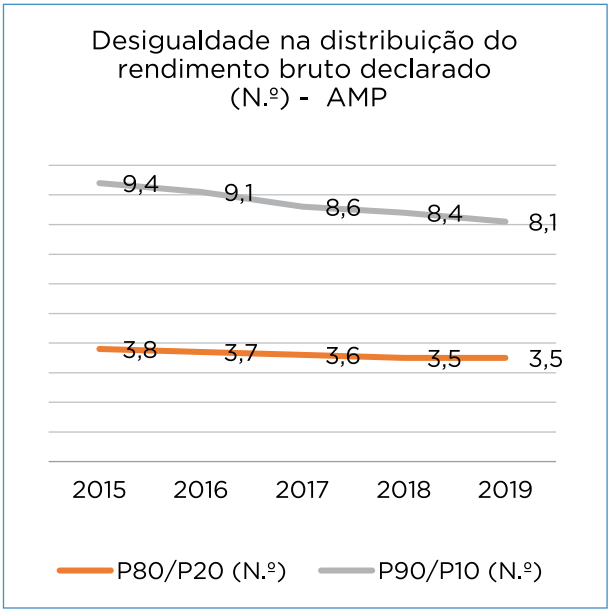
De acordo com o Observatório das Desigualdades, em Portugal, o valor destes indicadores diminuiu continuadamente entre 2003 e 2009, para voltar a crescer a partir de 2009 e até 201 3, como resultado dos anos de crise económica e financeira. A desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres aumentou

de forma acentuada nesse período, não devido ao aumento dos rendimentos dos mais abastados, mas fruto da redução dos rendimentos mais baixos. Ou seja, foram os mais pobres os mais penalizados pela crise.

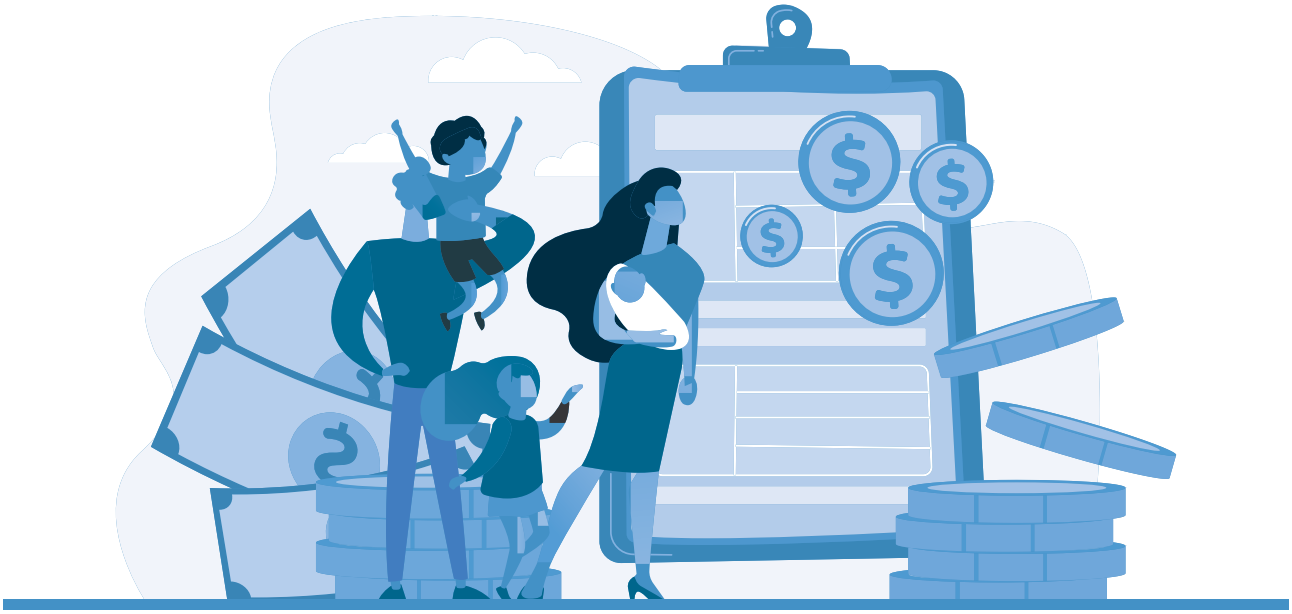
Já no intervalo temporal em análise, a tendência é, de novo, para a diminuição do fosso entre os mais ricos e os mais pobres. Tal é verdadeiro tanto para a AMP como para VNG, com valores muito aproximados (**Gráficos 8** e **9**). Em 2019, nos dois territórios, os 20% que auferiam rendimentos mais elevados apresentavam rendimentos 3,5 vezes superiores aos 20% mais pobres. E a diferença torna-se mais evidente quando se analisam os 10% da população com maiores e menores rendimentos: o rendimento dos 10% mais ricos era, em 2019, cerca de 8 vezes superior ao dos 10% mais pobres.

Gráficos 8 e 9 - Evolução na desigualdade do rendimento bruto declarado em Vila Nova de Gaia e na Área Metropolitana do Porto: rácios P80/P20 e P90/P10





Fonte: Instituto Nacional de Estatística — Estatísticas do rendimento ao nível local. Indicadores de rendimento declarado no IRS (2019, 2020 e 2021)



FAMÍLIAS E ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO DECLARADO

04.

Os **Gráficos 10** e **11** representam a forma como tem progredido a distribuição dos agregados fiscais pelos possíveis escalões de rendimento, em VNG e na AMP.

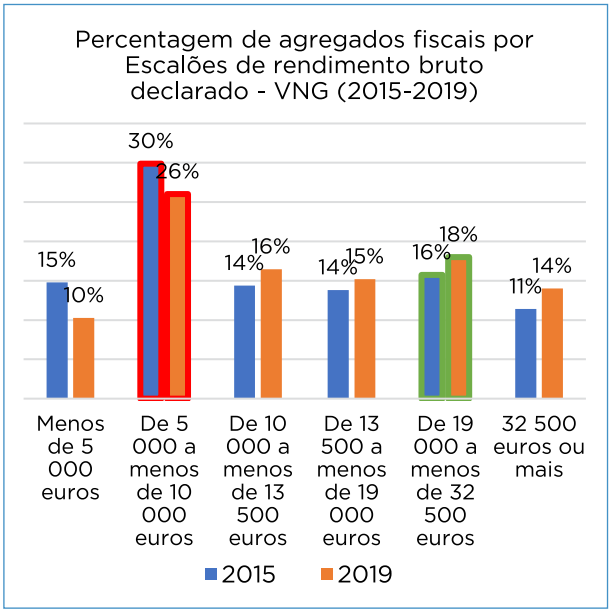
Uma primeira conclusão é que, em ambos os territórios, entre 2015 e 2019, **diminuiu a percentagem de agregados fiscais inseridos nos escalões de rendimento mais baixos** ('menos de 5000 euros' e 'de 5000 a menos de 10 000 euros'), crescendo os escalões seguintes. Dentre os vários escalões existentes, aquele que mais aumentou foi o dos agregados que declararam um rendimento bruto entre '32 500 euros ou mais': mais 3% em VNG e na AMP.

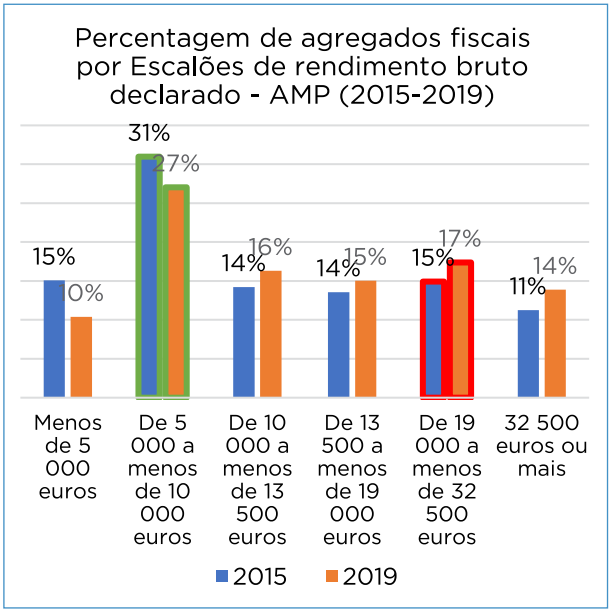
O peso bastante acentuado do escalão que vai 'de 5 000 a menos de 10 000 euros' é mais uma evidência. Em 2019, e apesar da quebra em relação a 2015, há ainda 26% de agregados fiscais em VNG a declarar este valor de rendimento bruto por ano (27% no conjunto da AMP).

No município de VNG, em 2015, 45% dos agregados fiscais — quase metade — declaravam, no máximo, até 10 000 de rendimento bruto anual. Esta percentagem decresceu para os 36% em 2019.

Por fim, é possível destacar uma nuance persistente na comparação entre a AMP e VNG: nos diferentes anos que compõem o intervalo entre 2015 e 2019, o município de Gaia contabiliza sempre menos 1% no conjunto de agregados fiscais no escalão 'de 5 000 a menos de 10 000 euros', e mais 1% no escalão 'de 19 000 a menos de 32 500 euros', face à área metropolitana. De resto, as percentagens são em tudo semelhantes.

Gráficos 10 e **11** - Evolução da percentagem de agregados fiscais por Escalões de rendimento bruto declarado (2015 e 2019) em Vila Nova de Gaia e na Área Metropolitana do Porto





Fonte: Instituto Nacional de Estatística — Estatísticas do rendimento ao nível local. Indicadores de rendimento declarado no IRS (2019, 2020 e 2021)

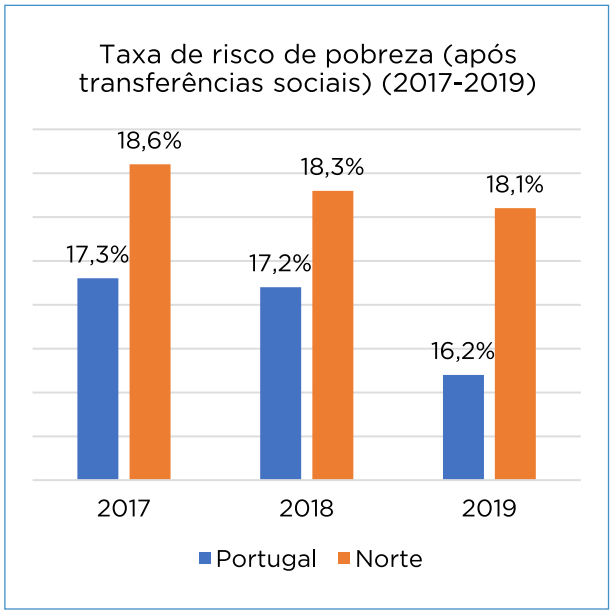
TAXA DE RISCO DE POBREZA

05.

A Taxa de Risco de Pobreza é um indicador que permite avaliar que proporção da população vive abaixo do limiar de risco de pobreza. Trata-se de um limiar relativo, que varia consoante o nível e a distribuição dos rendimentos entre a população de cada país (ou seja, alguém que é considerado pobre num dado país, pode não o ser num outro país). A taxa de risco de pobreza é, pois, a proporção de indivíduos com um rendimento equivalente que se encontra abaixo do limiar de risco de pobreza. A linha de pobreza corresponde, segundo o Eurostat, a "60% do rendimento nacional mediano por adulto equivalente".

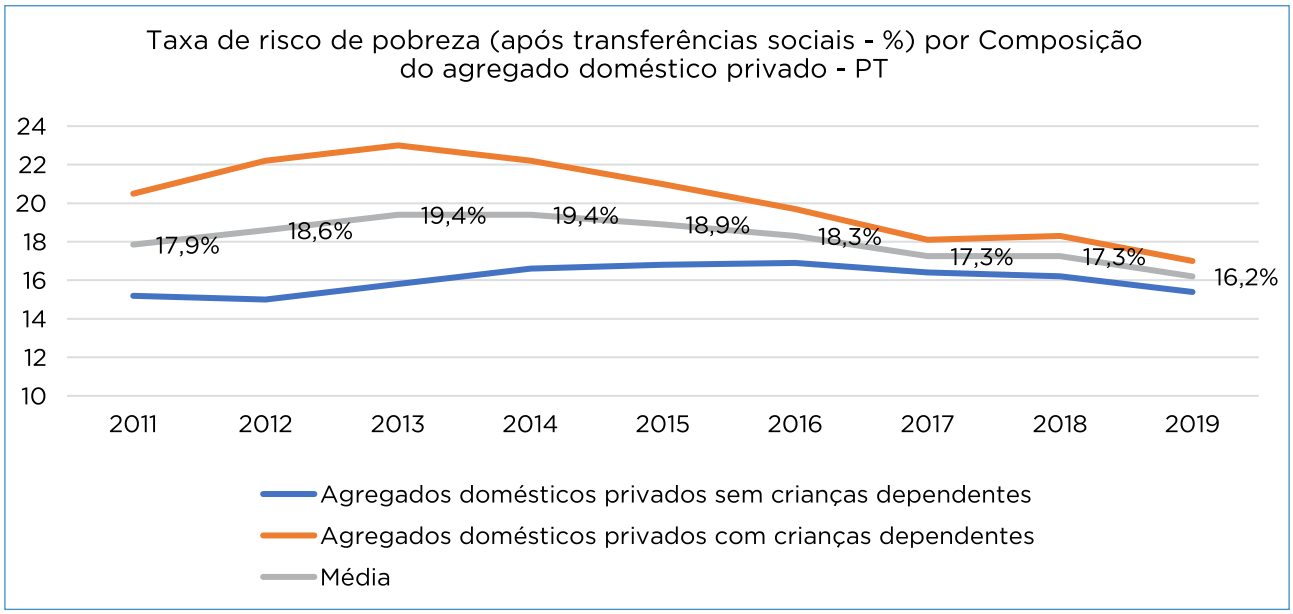
Esta taxa pode ser calculada antes ou após transferências sociais. No caso dos **Gráficos 12 e 13**, está patente a taxa de risco de pobreza após transferências sociais — quando aos rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, é possível somar as pensões de velhice e sobrevivência, e outras transferências sociais (apoios à família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego ou apoios de combate à exclusão social).

O **gráfico 12** representa a evolução desta taxa no país e na região norte. Embora, neste caso, não estejam disponíveis os dados desagregados ao nível concelhio, a análise destas duas manchas geográficas traça uma tendência de **gradual diminuição da taxa de risco de pobreza, entre 2017 e 2019**. Em 2019, esta taxa caiu para 16,2% em Portugal e para 18,1% na região norte do país. Ou seja, à semelhança do que transmitiram os anteriores indicadores, se é verdade que tem vindo a verificar-se uma progressiva atenuação da pobreza e das desigualdades em Portugal, o problema está longe de estar erradicado — em particular, no norte do país.



Por fim, o **Gráfico 13** representa a evolução da taxa de risco de pobreza num intervalo temporal mais alargado (entre 2011 e 2019), fazendo a distinção entre os agregados domésticos *com* e *sem* crianças dependentes. Constata-se que a **taxa de pobreza nos agregados domésticos *sem* crianças dependentes cresceu entre 2014 e 2018** — em 2019, retornava ao valor de 2008 (15,4%). Já no caso dos agregados domésticos com crianças dependentes, percebe-se que, por um lado, a vulnerabilidade à pobreza é, aqui, bastante superior; e, por outro lado, que são estes os agregados cujo risco de pobreza tem vindo a diminuir com mais persistência.

Gráfico 13 — Evolução da taxa de risco de pobreza por tipo de agregado doméstico (após transferências sociais) em Portugal (2011-2019)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística — Estatísticas do rendimento ao nível local. Indicadores de rendimento declarado no IRS (2019, 2020 e 2021)

A RETER SOBRE:	ENTRE 2015 E 2019...
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AGREGADOS FISCAIS	- O número de agregados fiscais tem vindo a aumentar sucessivamente tanto em VNG como na AMP (mais 52.414 agregados fiscais na AMP e mais 10.582 em VNG); - VNG tem vindo a ganhar peso dentro do número total de agregados da AMP (em 2019, o número total de agregados do concelho ocupou 17,2% do total da AMP);
EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO	- O rendimento bruto declarado foi crescendo progressivamente em VNG e na AMP (18,5% em VNG e 18,1% na AMP); - Em média, um agregado familiar no município gaiense declara cerca de 1 593€/mês; - A partir de 2018, a média do rendimento bruto declarado passou a ser ligeiramente superior na AMP (cerca de 10€/ano);
EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO	- O município gaiense é ligeiramente menos desigual do que o conjunto formado pela Área Metropolitana do Porto; - O Coeficiente de Gini tem vindo a diminuir, aos poucos, de ano para ano, tanto em VNG como na AMP; - Em 2019, Coeficiente de Gini situava-se nos 45,4% em VNG e nos 46,1% na AMP; - Em 2019, o mesmo coeficiente, em Portugal, situou-se nos 45,9%; - Dados recentes da OCDE colocam Portugal como o 8.º país mais desigual da União Europeia; - Em 2019, nos dois territórios, os 20% que auferiam rendimentos mais elevados apresentavam rendimentos 3,5 vezes superiores aos 20% mais pobres. E a diferença torna-se mais evidente quando se analisam os 10% da população com maiores e menores rendimentos: o rendimento dos 10% mais ricos era, no mesmo ano, cerca de 8 vezes superior ao dos 10% mais pobres;
FAMÍLIAS E ESCALÕES DE RENDIMENTO BRUTO DECLARADO	- Em VNG e AMP, diminuiu a percentagem de agregados fiscais inseridos nos escalões de rendimento mais baixos ('menos de 5000 euros' e 'de 5000 a menos de 10 000 euros'); - No município de VNG, em 2015, 45% dos agregados fiscais — quase metade — declaravam, no máximo, até 10 000 de rendimento bruto anual. Esta percentagem decresceu para os 36% em 2019.
TAXA DE RISCO DE POBREZA	- Gradual diminuição da taxa de risco de pobreza, entre 2017 e 2019. Em 2019, esta taxa caiu para 16,2% em Portugal e para 18,1% na região norte do país; - A taxa de pobreza nos agregados domésticos sem crianças dependentes cresceu entre 2014 e 2018 — em 2019, retornava ao valor de 2008 (15,4%).

observatoriosocialgaia@gmail.com

NOTA METODOLÓGICA

LINKS ÚTEIS:

FICHA TÉCNICA

Nota metodológica:

Os dados estatísticos sobre os quais aqui se reflete foram extraídos das Estatísticas do Rendimento ao Nível Local, disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). A informação tem por base dados fiscais anonimizados que a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) fornece, regularmente, ao INE, ao abrigo de um protocolo de colaboração, e que são públicos. Na sua base está a Nota de Liquidação do Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares. Aqui, podemos encontrar os indicadores do 'Rendimento bruto declarado' e do 'IRS liquidado', a partir dos quais resultam as variáveis 'Rendimento bruto declarado do IRS liquidado' e 'Rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado', por agregado fiscal e por sujeito passivo. Ao trabalhar esta informação, o INE visa enriquecer o conhecimento disponível sobre a forma como se distribui o rendimento à escala local.

Para otimizar a análise, optou-se, na presente newsletter, por circunscrevê-la ao indicador do 'Rendimento bruto declarado' (e não deduzido) — e assim proceder para todos os indicadores e áreas geográficas em avaliação. Ao longo do texto introduz-se, sempre que possível, a dimensão comparativa, fazendo-se o paralelo com o que tem vindo a ocorrer no conjunto da Área Metropolitana do Porto (AMP).

LINKS ÚTEIS:

EAPN - European Anti Poverty Network (Rede Europeia Anti-Pobreza):
https://www.eapn.pt/

Eurostat:
https://ec.europa.eu/eurostat/web/main/home

Observatório das Desigualdades:
https://www.observatorio-das-desigualdades.com/

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD):
https://www.oecd.org/

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Instituto Nacional de Estatística
- Estatísticas do rendimento ao nível local. Indicadores de rendimento declarado no IRS: 2017. Lisboa: INE, 2019. Disponível em: <url:https://www.ine.pt/xurl/pub/384207665>. ISBN 978-989-25-0523-7

Instituto Nacional de Estatística
- Estatísticas do rendimento ao nível local. Indicadores de rendimento declarado no IRS: 2018. Lisboa: INE, 2020. Disponível em: <url:https://www.ine.pt/xurl/pub/445098890>. ISSN 2184-7177. ISBN 978-989-25-0550-3

Instituto Nacional de Estatística
- Estatísticas do rendimento ao nível local. Indicadores de rendimento declarado no IRS: 2019. Lisboa: INE, 2021. Disponível em: <url:https://www.ine.pt/xurl/pub/6358886>. ISSN 2184-7177. ISBN ISBN 978-989-25-0573-2

OECD (2021), Income inequality (indicador). Disponível em: <https://data.oecd.org/inequality/income-inequality.htm>. doi: 10.1787/459aa7f1-en.

FICHA TÉCNICA

Equipa do Observatório

Daniela Silva
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
dfsilva@letras.up.pt
Tânia Leão
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
tsilva@letras.up.pt

Coordenação Geral

João Teixeira Lopes
Departamento de Sociologia, FLUP
Instituto de Sociologia, FLUP
jlopes@letras.up.pt

Publicação e Conceção Gráfica

Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia